

# AS OFICINAS PSICOPEDAGÓGICAS ENQUANTO DISPOSITIVO DE INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM RELATO DE VIVÊNCIAS

Paulo Henrique Fernandes Marinho,  
Sumara Luiz Bento Ferreira

## Resumo

Este estudo traz relatos vivenciais com noções acerca da prática do Psicólogo Escolar na modalidade presencial da Educação Superior em duas Instituições privadas localizadas no Distrito Federal, sendo uma com *status* de Centro Universitário e a outra com *status* de faculdade. O objetivo do artigo é explanar sobre a Psicologia Escolar aplicada à Educação Superior por meio de estratégias e técnicas intervencionistas concentradas na abordagem de grupos. Portanto, adotou-se enquanto objeto de análise as oficinas psicopedagógicas desenvolvidas semestralmente pela figura do Psicólogo Escolar buscando construir uma base conceitual acerca deste dispositivo de intervenção, bem como interpretar seus efeitos. Com a conclusão do estudo, entende-se que as oficinas psicopedagógicas constituem uma estratégia intervencionista de relevância fulcral para a amplificação da abrangência das práticas do Psicólogo Escolar, sobretudo no que se refere à atenção a demandas discentes por possuir como principais características o alcance em massa e a redução do número de atendimentos individuais sobre demandas comuns entre grupos.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; Psicologia Educacional; Psicopedagogia; Educação Superior; Intervenção em grupo.

## ABSTRACT

*This study presents experiential reports with notions about the practice of the School Psychologist in the face-to-face modality of Higher Education in two private institutions located in the Federal District, one with University Center status and the other with college status. The objective of the article is to explain about School Psychology applied to Higher Education through interventionist strategies and techniques focused on group approach. Therefore, psycho-pedagogical workshops developed semi-annually by the School Psychologist, seeking to construct a conceptual basis about this device, as well as to interpret its effects, were adopted as object of analysis. With the conclusion of the study, it is understood that the psychopedagogical workshops constitute an interventionist strategy of central importance for amplifying the scope of the practices of the School Psychologist regarding the attention to student demands for having as main characteristics the mass reach and the reduction of the number of individual attendances on common demands among groups.*

**Keywords:** *School Psychology; Educational Psychology; Psychopedagogy; Higher Education; Group intervention.*

## **Introdução**

A Psicologia da Educação tem se debruçado, desde a última década, no estudo do contexto escolar, bem como do comportamento de agentes educacionais buscando combater o fracasso escolar que se traduz não somente na conclusão de processos de reprovação advindos da evolução de queixas relacionadas à aprendizagem, como também no abandono da jornada escolar ocasionado por motivos endógenos ou sóciodemográficos hostis ao prosseguimento da formação discente.

As intervenções da figura do psicólogo educacional, que outrora, eram concebidas e aplicadas de maneira unilateral no contexto escolar, passam a adquirir no final do século XX percepção holística retirando assim a identidade do objeto de intervenção do aluno e a reposicionando na matriz que constitui o contexto escolar em sua totalidade. Neste novo *layout*, as responsabilidades passam a ser divididas e os agentes educacionais adquirem papel fundamental para a conclusão do processo pedagógico discente. É neste diapasão que o Psicólogo Educacional passa a atuar “interventivamente não mais de maneira unilateral, mas considerando aspectos tangenciais que possam influenciar na manifestação de fenômenos depressores à jornada escolar” (Mello e Marinho, 2016, p. 11).

As concepções que adotavam o discente enquanto figura acumuladora incondicional de todos os aspectos depreciativos causadores de suas limitações são desconstituídas neste novo formato de percepção dando lugar à circulação de discursos de mudança. O produto deste processo é o esclarecimento de ideias anteriormente equivocadas que desempenhavam papel rotor na manutenção da doença e da incapacidade por parte da figura discente no contexto escolar.

Com o crescimento da Psicologia da Educação, a importância do Psicólogo Escolar passa a ser reconhecida não somente nas instituições de Educação Básica, como também nas instituições de Educação Superior- IES. Este fenômeno marca o início da prática do Psicólogo Escolar em contextos acadêmicos.

A atuação do Psicólogo Escolar em IES foi concebida para seguir as mesmas diretrizes da atuação deste na Educação Básica, porém com algumas particularidades, como a gestão de carreiras e o desenvolvimento de competências com vistas à inserção do discente no mercado de trabalho.

Desta forma, uma prática comum entre as duas modalidades de atuação do Psicólogo Educacional diz respeito ao desenvolvimento de oficinas psicopedagógicas que abordam temas comuns entre grupos discentes.

Este estudo aborda as oficinas psicopedagógicas enquanto prática do Psicólogo Escolar na Educação Superior por meio de um relato de vivências que

permitirá ao leitor obter considerações acerca de seus efeitos, especificidades e da relevância de sua ocorrência no contexto acadêmico.

O estudo foi desenvolvido por dois psicólogos educacionais atuantes em duas IES. Uma com *status* de Centro Universitário e a outra com *status* de faculdade, ambas localizadas no Distrito Federal.

## Método

Este artigo refere-se a um estudo de caso de tipologia descritiva. Adotou-se enquanto técnica de pesquisa a análise documental de relatórios desenvolvidos pelos núcleos de apoio psicopedagógico coordenados pelos autores deste estudo e de documentos elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP. A pesquisa bibliográfica que buscou embasar o relato vivencial, bem como a discussão teórica acerca da prática do psicólogo na Educação Superior também foi utilizada na tipologia do estudo.

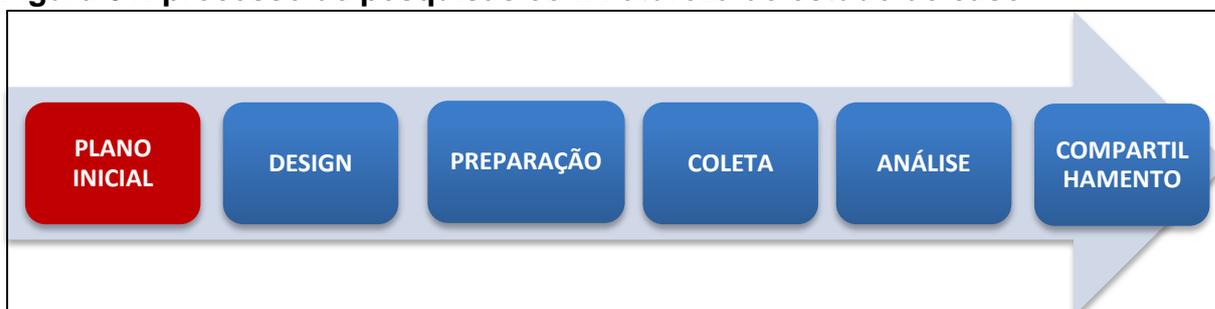
Segundo a classificação proposta por Ventura (2007), o estudo de caso enquanto natureza de pesquisa teve sua origem nas ciências médicas e psicológicas e buscava analisar um fenômeno por meio das alternativas e hipóteses levantadas no que se refere a análises casuísticas<sup>1</sup>.

No mesmo diapasão, Chizzoti (2006) assevera que os estudos de caso, devido as suas especificidades, ampliou seu campo de incidência e passou a embasar pesquisas das ciências humanas inicialmente na Europa Ocidental com o antropólogo polonês Bronislaw Malinowski tendo seguido mais tarde para território norte-americano, precisamente em Chicago.

Yin (2015) descreve o processo que um estudo de caso deve seguir. Para o autor, pesquisas que tenham sua natureza baseada em estudos casuísticos devem ser oriundas de um plano inicial, seguido de um *design* onde as principais diretrizes do estudo serão traçadas, como público alvo e universo da pesquisa; preparação; coleta; análise e compartilhamento.

A figura 01 exemplifica o processo descrito acima:

**Figura 01: processo de pesquisas com natureza de estudo de caso**



**Fonte: elaborado pelo autor, adaptada de Yin (2015).**

Adotou-se o estudo de caso enquanto natureza de pesquisa deste artigo pela necessidade de compartilhar com o leitor práticas cotidianas do Psicólogo Escolar

<sup>1</sup> Exame de casos particulares.

inserido na Educação Superior, bem como de construir aspectos conceituais acerca da intervenção em grupo por meio de narrativas situacionais.

## **Fragmentos da Psicologia Escolar no Brasil**

O advento da Psicologia Educacional ocorreu concomitantemente à regulamentação da profissão do psicólogo em 1962. Segundo o que Marinho-Araújo (2010) propõe, foi no início da década de 1960 que o psicólogo passou a atuar no contexto escolar no qual recebia estudantes que eram encaminhados por queixas escolares de diversas ordens. Nessa época, a intenção era buscar *ajustar* o estudante às normas e condutas da escola. Neste primeiro momento, o aluno era tido como o núcleo das dificuldades e único responsável por suas demandas disciplinares ou relacionadas à aprendizagem.

Tal visão pouco evoluiu e na década de 1970, segundo o que assevera Marinho-Araújo (2010), a Psicologia Escolar passou a sustentar a *psicologização* das questões educacionais, em que tratar os problemas escolares de maneira adaptativa e remediativa tornara prioridade para o alcance do ajustamento adequado, dando sequência ao que já se fazia na década anterior.

De acordo com Patto (1997), a década de 1970 foi decisiva para reformular os objetivos da Psicologia Escolar, principalmente no que se refere às concepções *biologizantes* da dificuldade de aprendizagem e as intervenções sobre o fracasso escolar em ações que poderiam ser exclusivas desconsiderando assim a instituição e as relações sociais.

Na década de 1980 os debates e questionamentos teórico-conceituais acerca da prática do psicólogo escolar se acentuaram, ocasionando a realização de inúmeros eventos científicos, encontros de conselhos e sindicatos, além de movimentos de organização social, fazendo com que a Psicologia buscasse “concepções e teorias histórico-críticas para auxiliar na compressão dos empasses presentes na Educação Brasileira” (MARINHO-ARAUJO, 2010, p.20). Como produto deste movimento, novos diálogos e debates para compreensão do desenvolvimento psicológico humano e da construção do conhecimento tomaram lugar nas práticas psicológicas, desconstruindo assim velhos paradigmas e acentuando a relação entre Psicologia e Educação.

Por conseguinte, ao longo dos últimos 20 anos, a Psicologia Escolar vem intensificando as discussões na busca de maior criticidade à formação e atuação dos psicólogos escolares. De acordo com Marinho-Araújo (2010), isto se deve a vários marcos decisórios, como o I Congresso Nacional de Psicologia Escolar em 1991, assim como a realização conjunta do XVII Congresso Internacional de Psicologia Escolar e do II Congresso Nacional de Psicologia Escolar em 1994 em São Paulo. Em 1988 criou-se a primeira seção da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE no Distrito Federal organizando assim o Grupo de Trabalho de Psicologia Escolar/Educacional em 1994, atuante, tanto em questões de pesquisa como na construção de políticas no âmbito da pós-graduação em Psicologia no Brasil.

Com a reformulação da legislação educacional no Brasil, como a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB em 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, e o Plano Decenal da Educação em 1993, a necessidade de novos profissionais no contexto da escola se tornou emergente. Por essa ocasião, a Psicologia Escolar foi *convocada* a ascender e se estabelecer no cenário educacional brasileiro com o objetivo de desconstruir fundações dogmáticas que atribuíam única e exclusivamente ao aluno a responsabilidade por seu eventual fracasso escolar.

Inicia-se, portanto, no início da década de 1990, a intensificação da construção da figura do Psicólogo Escolar enquanto peça fundamental para o desenvolvimento de um contexto educacional saudável para o processo de ensino-aprendizagem do discente.

### **Considerações sobre a atuação do Psicólogo Escolar na Educação Superior**

O trabalho do Psicólogo Escolar na Educação Superior trilha caminho semelhante ao traçado pelo mesmo profissional inserido na Educação Básica. Marinho-Araújo (2016) afirma que tal coincidência ocorre devido ao fato dos exemplos de intervenção em Psicologia advirem da prática que se tinha nas escolas.

Ao longo da última década, o trabalho do Psicólogo Escolar nas IES brasileiras se expandiu por conta da massificação e democratização da modalidade de ensino presencial. Entende-se, pois, que, diante das políticas públicas criadas, houve uma amplificação da procura por psicólogos escolares para atuarem na Educação Superior, como destaca Marinho-Araújo (2016). Ocorre que, diante da miscigenação do público ascendente à universidade, bem como outros fatores, as IES necessitavam de um profissional que fosse competente tanto para o manejo de situações que envolvessem discentes, quanto para a instrumentalização de docentes e colaboradores que se encontrassem frente a ocasiões que lhes exigissem certas habilidades, como demandas de acessibilidade acadêmica, por exemplo.

Primeiramente, a intenção da atuação do Psicólogo Escolar no contexto da Educação Superior seria de amenizar os futuros possíveis e previsíveis problemas de aprendizagem e de defasagem acadêmica, visão que vai de encontro com o que preconiza Marinho-Araújo (2016). Para a autora, o Psicólogo Escolar deve direcionar suas intervenções para além de visões clínicas, buscando atuar em aspectos que constituam o desenvolvimento psicológico complexo dos participantes deste espaço.

Nesse sentido, a atuação do Psicólogo Escolar na Educação Superior, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, é de mediar situações que envolvam o discente buscando assim contribuir para o seu desenvolvimento humano como um ser adulto. Esta concepção é compartilhada por Marinho-Araújo (2016).

*Pari passu*, considerando o que Bisonoto e Marinho-Araújo (2001) asseveram, a atuação do Psicólogo Escolar na Educação Superior tem por intenção contribuir para o processo de ensino-aprendizagem do acadêmico, bem como no seu desenvolvimento humano, desenvolvendo estratégias junto aos docentes e demais

colaboradores da instituição de ensino e na prática da pesquisa do trabalho do Psicólogo Escolar.

Sendo assim, o trabalho do Psicólogo Escolar nos dias atuais vai além do atendimento individualizado ao discente. Este profissional pode estar em todas as dimensões da Educação Superior, desde o conhecimento institucional do local de trabalho, como também na Escuta Psicológica, nos processos educacionais, nas propostas pedagógicas e de planejamento, como também na análise do perfil do estudante.

Mediante à explanação do trabalho do Psicólogo Escolar na Educação Superior, dentre todas as ações que este pode desempenhar, a atuação escolhida para ser analisada deste estudo constitui o desenvolvimento de Oficinas Psicopedagógicas direcionadas aos corpos discente, administrativo, bem como à comunidade externa de duas IES privadas do Distrito Federal.

Entretanto, é relevante discorrer brevemente acerca das instituições universo do estudo, assim como sobre as concepções que estas possuem no que se refere à figura do Psicólogo Educacional.

### **A Instituição universo do estudo**

O Centro Universitário Projeção e as Faculdades Projeção localizados na Região Administrativa de Taguatinga – Distrito Federal, com o objetivo de oferecer uma formação de qualidade e contribuir para o desenvolvimento humano dos seus estudantes criou o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPES. Este núcleo visa contribuir com a acessibilidade nos processos educacionais da instituição, bem como apoiar o corpo discente no que se refere ao desenvolvimento de ações interventivas de natureza multidisciplinar (orientação psicopedagógica e psicológica).

Em cada unidade de Educação Superior do grupo Projeção, incluindo três *campi* e três faculdades, existe um profissional de Psicologia com suas intervenções voltadas para a Psicologia Escolar e Educacional. Atualmente, o NAPES de cada unidade conta com um psicólogo responsável por sua coordenação, totalizando cinco profissionais. Nesse sentido, o psicólogo escolar tem a constante necessidade de se preocupar com a investigação de demandas e elaboração de estratégias de intervenção, não deixando de considerar as particularidades e necessidades da unidade em que atua.

A partir da concepção da prática do psicólogo ancorada sob uma perspectiva educacional, faz-se necessário aqui, destacar as ações desempenhadas pelo NAPES comumente em todas as unidades de Educação Superior. O serviço oferecido pelo NAPES é composto pelas seguintes linhas de desenvolvimento: (a) Orientação Psicopedagógica; (b) Apoio Psicológico; (c) Orientação Profissional/Gestão de Carreira; (d) Oficinas Psicopedagógicas; (e) Palestras e Encontros, bem como a participação nos Planejamentos Estratégicos Anuais e desenvolvimento de estratégias no processo de Ensino-aprendizagem junto ao corpo docente e gestores acadêmicos.

O NAPES busca realizar um trabalho não só de perspectiva individualizada, como também institucional, com o objetivo de trabalhar a inserção, prevenção, compreensão e intervenção junto aos agentes educacionais envolvidos no contexto acadêmico. O objetivo é propiciar a escuta subjetiva do sujeito, proporcionando reflexão, conscientização, colaborando para a formação do acadêmico como ser social e profissional. Destaca-se ainda que o trabalho desenvolvido pelo NAPES ocorre também em parceria com os Docentes, Coordenadores de curso, Diretor de unidade, Diretor Acadêmico, Reitor e demais entidades da instituição estabelecendo como principal objetivo desenvolver estratégias produtivas diante das demandas eclodidas na unidade em que o psicólogo atua.

Embora o contexto da realização das oficinas psicopedagógicas seja dual, vez que foi considerada a casuística de duas unidades do grupo Projeção, o objetivo deste estudo não é comparar grupos existentes nos dois contextos, tampouco analisar técnicas interventivas de maneira separada, mas sim discorrer acerca da prática intervencionista em grupos desempenhada pelos psicólogos educacionais de duas unidades utilizando as oficinas psicopedagógicas como exemplificadores.

### **Atuando em grupos na Educação Superior: as oficinas psicopedagógicas**

As oficinas psicopedagógicas remontam a atuação do psicólogo baseada na Teoria da Psicologia de Grupos proposta por Freud em 1921 por meio da publicação de sua obra “Psicologia das Massas e Análise do Eu”. O ponto fulcral do Pensamento Freudiano acerca das intervenções em grupo concentra-se na concepção de que o sujeito, uma vez inserido em um grupo de outros tantos que coadunam com os mesmos interesses e compartilham de anseios semelhantes sente-se parte desse organismo.

Parafraseando o autor supracitado, o indivíduo, ora envolvido em um contexto empático, tem suas habilidades e capacidade empática amplificadas por se sentir parte de um meio livre de crenças dogmáticas ou juízos de valor.

A criação de um espaço como este é fundamental para acessar demandas que, embora tenham especificidades semelhantes, possuem naturezas distintas. O papel do psicólogo que funciona como mediador neste tipo de contexto é utilizar os estímulos advindos do grupo objeto de intervenção como ferramentas para suscitar diálogos e momentos de compartilhamento de experiências objetivando atender às demandas eclodidas no grupo.

Por meio do exposto até o momento no que se refere às bases das oficinas psicopedagógicas desempenhadas pelo Psicólogo Escolar, entende-se que este dispositivo de intervenção é fundamental para a amplificação do alcance do Psicólogo Educacional às demandas eclodidas no contexto acadêmico que, por vezes, são despercebidas em outras modalidades de intervenção, como os atendimentos individuais de orientação psicológica.

Sendo assim, se um profissional de Psicologia com ênfase na abordagem educacional deseja acessar demandas até então ocultas e, *pari passu*, otimizar o tempo de atenção a estas demandas, é relevante que cogite utilizar as oficinas psicopedagógicas a seu favor.

Entretanto, como seria possível a captação destas demandas? Entende-se que elas não aparecem nitidamente o tempo inteiro. É por esta necessidade que o Mapeamento Institucional<sup>2</sup> se faz relevante.

Segundo a base conceitual proposta por Carvalho e Marinho-Araújo (2010), o Mapeamento Institucional tornará possível identificar demandas de grupos específicos instrumentalizando o psicólogo utilizador desta ferramenta no que se refere ao planejamento de intervenções convenientes naquele contexto.

É por meio do Mapeamento Institucional que o psicólogo terá acesso a relatos e situações que irão compor suas impressões acerca de determinada necessidade de intervenção. Esse mapeamento pode ser realizado uni ou bilateralmente. A primeira maneira concebe diálogos com grupos de agentes distintos para fins investigativos. Um claro exemplo seria uma reunião com determinado grupo de professores para coleta de dados. O segundo modo é mais recomendável, prevê a participação do Psicólogo Escolar em vários ambientes do contexto educacional, abordando múltiplos agentes que constituam os corpos discente, docente administrativo e de extensão. O objetivo aqui é claro e simples: perceber qual demanda necessita de intervenção, a causa de sua eclosão, bem como a definição das estratégias de atuação.

Nas unidades da IES universo deste estudo, a prática do Psicólogo Educacional no que diz respeito à realização de oficinas psicopedagógicas assenta-se em três etapas: (a) identificação da demanda por meio de mapeamento institucional ou quaisquer outras técnicas de coleta; (b) definição dos meios a serem utilizados para o suporte da oficina (local, materiais, abordagens, etc) e (c) execução. Cabe salientar que todas as etapas descritas neste parágrafo são realizadas seguindo planos de ação que contém procedimentos operacionais para cada fase. Desta forma, é possível garantir a padronização das intervenções em todas as unidades da IES universo da pesquisa.

Além do Mapeamento Institucional, as outras etapas também merecem ser descritas com o objetivo de esclarecer o leitor acerca do processo de desenvolvimento e conclusão de uma oficina psicopedagógica coordenada por psicólogos educacionais que atuam no NAPES.

Reiniciando esta descrição pela segunda etapa que se relaciona à definição dos meios a serem utilizados para o suporte à oficina, é relevante salientar que esta se trata de uma etapa fundamental para o sucesso da intervenção. É nesta fase que o Psicólogo Educacional terá a oportunidade de adequar sua estratégia de acesso ao público-alvo, abordagem metodológica e instrumentos interativos com vistas a favorecer a identificação do público com a atividade desenvolvida. Eventuais falhas nesta etapa podem comprometer de maneira significativa o alcance ao objetivo traçado no início do processo.

A última etapa constitui a execução da atividade. É nessa fase que o Psicólogo Educacional deve delimitar sua atenção para não transformar uma atividade interacionista em uma palestra diretiva, onde a participação do condutor ou mediador deve ser equivalente à participação do público-alvo. É relevante perceber

---

<sup>2</sup> Técnica preconizada pelo Conselho Federal de Psicologia e enviada via documento ao Ministério do Trabalho como componente do rol de atribuições do Psicólogo Educacional.

que as oficinas psicopedagógicas envolvem participações ativas do público no desenvolvimento da própria atividade.

Deste modo, é possível afirmar que a oficina não é realizada pelo Coordenador da atividade, mas sim por meio da interação consistente entre público-alvo e mediador traduzindo-se numa construção espontânea onde o objetivo será alcançado por meio de um roteiro proposto pelo condutor de forma não engessada.

As oficinas propostas pelos psicólogos do NAPES no calendário letivo abordam temas comuns entre grupos de discentes e possuem enquanto principal objetivo proporcionar um momento para o desenvolvimento de competências, sejam elas relacionadas a aspectos sócio interacionistas, corporativos ou direcionados a questões estritamente emocionais.

Diante do exposto, se faz relevante discorrer sobre algumas oficinas propostas e aplicadas pelos psicólogos educacionais coordenadores do NAPES. As primeiras são as oficinas sobre técnicas de estudos, que buscam instrumentalizar o discente acerca da organização didática do pensamento, gestão do tempo, técnicas básicas de memorização e aprendizagem, além da construção coerente de uma rotina de estudos que atenda às suas demandas cotidianas.

As segundas são as oficinas que tratam sobre noções básicas de oratória. Nestas oficinas, aspectos que abordam planejamento, preparação e execução de apresentações orais, rituais de apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso, bem como manejo de ferramentas de suporte à apresentação são trabalhados para que os discentes percebam os caminhos da superação do medo de falar em público. Estas oficinas são relevantes por introduzir discussões de eventuais situações surgidas no mercado de trabalho futuramente.

As terceiras oficinas são mais didáticas por tratarem especificamente de uma demanda muito comum entre discentes da Educação Superior Brasileira: as limitações encontradas na formatação de trabalhos acadêmicos. Pensando em atender a esta demanda, o NAPES desenvolveu uma oficina psicopedagógica sobre regras básicas de formatação propostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. A realização desta oficina psicopedagógica vem adquirindo retorno significativamente positivo segundo os instrumentos de avaliação empregados para se ter noção sobre a satisfação do público-alvo em relação à atividade realizada.

Estes instrumentos de satisfação são altamente relevantes por proporcionar ao condutor da atividade uma visão holística acerca de seu desempenho, escolha do tema e horário de realização. É por meio da análise desse instrumento que consiste em um questionário semiestruturado que o Psicólogo poderá identificar eventuais fragilidades e corrigir possíveis erros de percurso objetivando a gestão de melhorias nas intervenções realizadas pelo núcleo que coordena.

Atualmente, as oficinas psicopedagógicas desenvolvidas nas unidades do Grupo Projeção pelos psicólogos coordenadores do NAPES apresentam adesão considerável por parte dos discentes e compõem o grupo das intervenções realizadas pelo núcleo com sucesso notável.

## **Considerações finais**

A Psicologia Educacional está em franca transformação acompanhando o contexto de importantes mudanças sócio-políticas e demográficas as quais o país está vivenciando. Por isso, discorrer sobre práticas do Psicólogo inserido em contextos educacionais é relevante por possibilitar um espaço de reflexão profissional sobre esta ciência relativamente nova no Brasil.

As oficinas psicopedagógicas, enquanto componente do rol de atribuições do Psicólogo Educacional, têm papel fundamental no auxílio à formação acadêmica do discente, além de legitimar a prática do Psicólogo Escolar na Educação Superior auxiliando na desconstrução de dogmas e concepções equivocadas que cercam o significado da atuação do psicólogo, sobretudo no que se refere às intervenções com ênfase na Psicologia da Educação.

Não obstante, a realização deste estudo é relevante por instrumentalizar profissionais da área da Educação no que diz respeito ao desenvolvimento de práticas interventivas no contexto educacional, bem como trazer noções aos demais interessados em relação às atribuições do Psicólogo Escolar. O estudo é notável ainda por contribuir com a produção científica nacional acerca do tema que ainda é incipiente em termos quantitativos.

A título de conclusão, este estudo pavimenta caminhos para a realização de outros vários sobre o mesmo tema ou sobre outros dispositivos de intervenção aos quais o Psicólogo lança mão para amplificar seu alcance e manejo de demandas eclodidas em contextos educacionais fortalecendo sua prática e facilitando a perenidade da profissão.

## Referências

- BISINOTO, C. MARINHO-ARAUJO, C. **Psicologia Escolar na Educação superior: panorama da atuação no Brasil**. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 67 (2): 33-46, 2011.
- BRASIL. **Decreto Nº 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. 20 de Dezembro. Brasília. 1996.
- CARVALHO, T. O.; MARINHO-ARAUJO, C. M. **Psicologia escolar e orientação profissional: fortalecendo as convergências**. Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 11, n. 2, p. 219-228, 2010.
- CHIZZOTTI A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes; 2006:135.
- FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 7, 1921.
- MARINHO-ARAUJO, C. **Psicologia Escolar: pesquisa e intervenção**. Em aberto, Brasília, v.23, n 83, p.17-35, mar, 2010.
- MARINHO-ARAUJO, C. **Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior**. Estudos de Psicologia, Campinas 33(2) p. 199-211, abril-junho, 2016.
- MELLO, J. C. P. MARINHO, F. H. P. **Casuística sobre luto e desenvolvimento da adolescência: a relação de ambos com o desempenho escolar do discente**. Rev. Outras Palavras. v. 12, n. 01. 2016.
- PATO, M.H.S. Prefácio. In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. de (Orgs). **Psicologia Escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: casa do Psicólogo, 1997.
- VENTURA, M. M. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Rev. SOCERJ. 2007.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Ed. Bookman. 5ª edição. Porto Alegre. 2015.